



FACITEC – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JANAÚBA
Rua Cirilo Barbosa, n° 46, Centro, Janaúba/MG, CEP 39440-000,
TELEFAX: (38) 3821-6566, e-mail: facitec@soeducar.com.br, CNPJ: 05.842.305/0001-64
Portaria n° 129 de 02/02/2017 publicada no DOU dia 03/02/2017, Pág. 3 Seção 1,

**O mal-estar na farda: do sentido do sofrimento psíquico à saúde mental dos
profissionais da segurança pública.**

Paulo Fernandes Leite

Janaúba - MG
Setembro - 2021

PAULO FERNANDES LEITE

O mal-estar na farda: do sentido do sofrimento psíquico à saúde mental dos profissionais da segurança pública.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Janaúba – FACITEC, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Professor Orientador: Dr. Márcio Ramos
Ferreira

Janaúba - MG
Setembro – 2021

O mal-estar na farda: do sentido do sofrimento psíquico à saúde mental dos profissionais da segurança pública.

*LEITE, Paulo Fernandes**
*FERREIRA, Márcio Ramos***

Resumo

O presente trabalho versa sobre o sofrimento mental dos trabalhadores da segurança pública. O sofrimento mental foi entendido como uma construção subjetiva frente aos impasses dos trabalhadores da segurança pública às agruras implicadas em seu cotidiano. Para cumprir tal objetivo, optou-se pela discussão do conceito de normal e patológico articulando a ideia de sofrimento mental no trabalho de Djours e da contextualização da realidade do trabalhador de segurança pública. Essa construção teórica nos apontou a importância das intervenções da psicologia clínica no manejo do mal-estar dos profissionais de segurança pública.

Palavras chaves: Psicodinâmica do trabalho; Segurança Pública; saúde mental; trabalho.

Abstract

This work deals with the mental suffering of public security workers. Mental suffering was understood as a subjective construction facing the impasses of public security workers and the hardships implied in their daily lives. To fulfill this objective, we opted for the discussion of the concept of normal and pathological, articulating the idea of mental suffering in Djours' work and the contextualization of the reality of the public security worker. This theoretical construction showed us the importance of clinical psychology interventions in the management of public security professionals' discomfort.

Keywords: Psychodynamics of work; Public security; mental health; Work.

*Aluno graduando pela FACITEC (Faculdade de Ciências e Tecnologias de Janaúba).

**Doutor em psicanálise pela universidade Estadual do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a temática da Saúde Mental dos Profissionais de segurança pública. Mais precisamente, ela versa sobre o mal-estar presente no cotidiano dos trabalhadores da segurança pública. Entende-se, que a prática científica favorece a elaboração de novos dispositivos de cuidado da saúde mental desses profissionais. Assim, o direcionamento do olhar científico da psicologia poderá iluminar uma direção possível de tratamento para as diversas agruras implicadas no cotidiano do trabalhador da segurança pública.

Atualmente, nas mídias se tornam frequentes os debates sobre as letalidades, brutalidades e excessos da força usada pela polícia. Destacam-se as pesquisas que apresentam grande número de policiais que reconhecem fazer consumo excessivo de substâncias químicas e de álcool. Como também, constata-se o envolvimento desses profissionais da segurança em conflitos no trânsito ou outros espaços públicos (SOUZA *et al.*, 2013; MINAYO, 2013; SOUZA *et. al.*, 2012).

Com o intuito de entender as estratégias desenvolvidas pelos policiais para lidar com o sofrimento mental como também o consumo de álcool e outras substâncias, Souza e colaboradores (2013) defendem que o alcoolismo é uma das estratégias que esses sujeitos usam para combater o sofrimento mental, o estresse e situações que causam conflitos emocionais. Certamente, essa postura pode ter como objetivo afastar-se dos problemas ocasionados pelo estresse proporcionado pela rotina de trabalho. Os autores consideram ainda, que o uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas podem afetar diretamente a atuação desses profissionais o desempenho da sua profissão.

Observa-se, que os policiais apresentam alto índice de suicídio se comparado a outras classes de trabalhadores (SOUZA *et. al.*, 2013; OLIVEIRA *et. al.*, 2010). Essa discussão se faz necessária por perceber as estratégias adotadas pelo Estado e a carência de serviços de suporte ofertados para esses trabalhadores. Essa é uma das razões de permanecer no imaginário da corporação a ideia de ser julgado pelo estigma de “dependente químico”, o medo de ser mal visto pelos colegas, receio de ser punido pela corporação ou até mesmo por sofrer pelo preconceito que envolve os usuários de álcool e outras drogas (OLIVEIRA *et. al.*, 2010; MINAYO, 2013). Conseqüentemente, esses profissionais podem se distanciar de instituições que

oferecem tratamento e ajuda para esse tipo de problema, bem como ver o suicídio como uma saída possível (SOUZA et.al., 2013; MINAYO, 2013).

Sendo assim, destaca-se em uma matéria publicada em 2013 sobre o apoio psicológico aos policiais no Estado da Bahia e a disponibilidade dos serviços de apoio psicológico ofertado para esses profissionais, que a Polícia Militar do Estado conta com o Serviço de Valorização Profissional (SEVAP), um segmento do Departamento Pessoal que oferece atendimentos psicológicos aos profissionais com problemas. Conquanto, a Polícia Civil não conta com serviço de apoio psicológico. Dessa forma, segundo a reportagem, o encaminhamento deve ser por iniciativa do profissional (MARQUES, 2013). Portanto, com base nos relatos apresentados pela entrevista, fica claro que o cuidado com a saúde mental dos policiais não é o objetivo central do Estado (MINAYO, 2013; SOUZA et. al., 2012).

Identifica-se, na reportagem de Marques (2013), que as corporações e os quartéis não demonstram interesse em proporcionar cuidados com a saúde mental e segurança dos profissionais. Talvez pela hierarquia institucional ou condições ergonômicas, esses profissionais ficam à mercê de estratégias pouco ou nada eficazes. Isto é, para obter acesso ao apoio, depende de um movimento do profissional para que o serviço seja ofertado.

Logo, ao pensar na rotina estressante desses profissionais, é preciso analisar os fatores patológicos que o trabalho pode proporcionar a esses profissionais. Pois, deve-se discutir o sofrimento mental que o sujeito pode construir diante ao ambiente de trabalho, no qual é impossível de simbolizar com a violência e a morte estando sempre próximas. Portanto, faz-se necessário discutir o conceito de patologia.

Neste sentido, enfatiza-se que muitos teóricos acerca da psicopatologia concordam que a doença é o processo sintomático do corpo, seja a doença de cunho psíquico ou orgânica. Com isso, entende-se que a patologia tem uma organização própria, a maneira que ela aparece depende exclusivamente de como o sujeito organiza o sentido empregado ao que vive (SAFATLE, 2011). Logo, a análise da psicopatologia dependerá da forma como o sujeito se posiciona perante às organizações e sentidos sociais.

METODOLOGIA

Os dados colhidos para a elaboração do material de pesquisa se deram a partir da documentação indireta de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade o “levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 43). Ainda, segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica tem por finalidade deixar o pesquisador diante de todo o material publicado sobre determinado tema, o que permite o levantamento de definições, bem como as discussões ainda não cristalizadas pela comunidade científica. Dada a essas características, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada o primeiro passo para toda a pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 1992), já que para seguir as demais fases da pesquisa, é necessário o levantamento dos materiais já publicados.

Para a elaboração da pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (1992) apresentam oito fases que devem ser seguidas. A primeira se constitui na escolha do tema; a segunda a elaboração do plano de trabalho; na terceira a identificação que constitui no reconhecimento do assunto; depois inicia-se a fase de localização dos materiais selecionados; seguindo para a etapa que se constitui na compilação que pode ser entendida como a reunião dos materiais encontrados; em seguida segue para a parte do fichamento; logo após entra na fase de análise e interpretação dos dados obtidos e descritos no fichamento e finaliza-se com a redação da pesquisa.

Assim, esse trabalho teve como problema norteador: quais as queixas apresentadas pelos policiais e a sua relação com o trabalho? Concomitantemente teve como tema central da pesquisa o mal-estar dos policiais (militar e civil) e sua relação com o ambiente de trabalho. Procurou-se localizar os materiais de pesquisa nas redes de base da revista eletrônica SciELO (Scientific Electronic Library Online) e no Google Acadêmico (Google Scholar). Os descritores e a quantidade de artigos encontrados foram: “polícia militar e saúde mental” (05), “polícia civil e saúde mental” (09 artigos), “segurança pública e saúde mental” (03); seguindo os critérios de inclusão: últimos 5 anos, produzido no Brasil, artigos da área de psicologia e no idioma português. Após esse processo de inclusão e exclusão, foi feita uma leitura sistemática dos achados e sendo feita um discussão sobre o processo de

adoecimento no trabalho, o tipo de queixa mais encontrada e a contribuição da psicologia nessas instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Psicodinâmica do trabalho

Constata-se, que a abordagem da psicodinâmica do trabalho implica no estudo da relação da saúde mental do trabalhador e o ambiente laboral. Pois, essa linha teórica da psicopatologia do trabalho, teve influência de várias outras abordagens que visam debater o efeito do trabalho na saúde mental (AEROSA, 2021). Ademais, essas contribuições favoreceram para uma leitura que visa os efeitos do trabalho para além do negativo, além de propor uma análise também dos benefícios que podem se obtidos nessa relação. Com isso, a abordagem discute como o trabalho afeta a subjetividade do sujeito, a produção de angústia e o prazer (DEJOURS, 2015; AEROSA, 2021; GOMES *et. al.*, 2021; RODRIGUES *et. al.*, 2020).

Dessa forma, o trabalho é visto como um fator que passa a afetar a saúde mental, onde não pode ser pensado como um elemento neutro (DEJOURS, 2015; AEROSA, 2021; RODRIGUES *et. al.*, 2020; GIONGO *et. al.*, 2015). Pois, envolve uma relação que perpassa as estratégias que o sujeito desenvolve para lidar com situações patológicas e conflitantes do trabalho, bem como no ambiente que pode ocorrer situações suscetíveis e inesperadas, e lidar com uma estrutura organizacional incoerente. Desse modo, não estar isento de relacionamentos conflituosos com a equipe, e com o público social (GOMES *et. al.*, 2021).

Sendo assim, como forma de se manter na normalidade do contexto patológico do trabalho que é imposto pelo ambiente laboral e pela organização do trabalho, a psicodinâmica do trabalho aponta que o trabalhador desenvolve estratégias individuais e coletivas para proteger a sua subjetividade (AEROSA, 2021). Isso implica que o trabalhador produz estratégias para manter a sua normalidade e seu funcionamento psíquico do cenário estressante e conflituoso do trabalho.

Além disso, é importante salientar que essas estratégias desenvolvidas pelo trabalhador servem como armadura de proteção, visto que tais estratégias podem cegá-lo ao lidar com aquilo que lhe causa angústia (AEROSA, 2021; GOMES *et. al.* 2021). Então, isso faz com que o sujeito tolere o intolerável. Dessa forma, o trabalhador não percebe quando o sofrimento mental começa a se tornar patológico.

Reconhece-se, que a psicodinâmica do trabalho é uma disciplina teórica. Visto que, ela articula a investigação clínica psicanalítica onde considera a teoria do sujeito social e como o sujeito pode ser afetado (GOMES, 2021). Em virtude disso, a abordagem mantém diálogo com a psicanálise que considera a luta constante do sujeito para lidar com a doença mental e a alienação para manter o equilíbrio, pois analisa as defesas que o sujeito desenvolve para evitar o sofrimento.

Sobre isso, Gomes e colaboradores (2021), apontam que a psicodinâmica do trabalho tem como método clínico, o foco na escuta do sofrimento do trabalhador, bem como uma escuta para aquilo que não é dito, o sintoma silenciado. Ademais, busca entender as formas singulares do sujeito de desenvolver estratégias para lidar com o sofrimento que provem do trabalho e da instituição. Por tanto, o profissional que atua nessa abordagem deve entender o ambiente laboral da instituição, além de suas práticas, cultura organizacional, e a ordem de funcionamento que dominam o sujeito e que contribui ao sofrimento e a psicopatologia provinda do trabalho (GOMES *et. al.*, 2021; RODRIGUES *et. al.*, 2020).

Mediante a isso, o posicionamento do sujeito diante o sofrimento inerente ao trabalho, e como é direcionada essa pulsão, de forma criativa ou patogênica, será determinante para a relação saúde-doença. Inegavelmente, todo trabalho implica risco de sofrimento mental para o trabalhador (GOMES *et. al.*, 2021), seja pela insegurança quanto a sua (des)valorização e as influências do ambiente laboral. Em suma, a saúde quando pensada no contexto do trabalho não significa a ausência de sofrimento, mas as estratégias que o sujeito desenvolve para transformar esse sofrimento em força motriz para buscar novas formas de obter prazer e aliviar as tensões causadas pelo ambiente laboral (GIONGO, *et. al.*, 2015).

Nesse contexto, observa-se que uma das principais contribuições da psicodinâmica do trabalho é a compreensão dos efeitos organizacionais do ambiente laboral na saúde mental do trabalhador. Pois, além de proporcionar instrumentos para identificar os efeitos laborais na compreensão do sofrimento, identificando no

campo pré-patológico, possibilita o desenvolvimento de ações preventivas capazes de entender e intervir nesse processo (GIONGO *et. al.*, 2015).

Cabe ressaltar que enquanto abordagem, a psicodinâmica do trabalho se baseia em um fazer teórico e metodológico. Este fazer se utiliza da análise e compreensão de aspectos que envolvem a saúde mental do trabalhador, propõe discussões teóricas e aplicações de conceitos oriundos da psicodinâmica do trabalho, delimitando e interpretando os dados encontrados (GIONGO *et. al.*, 2015).

Enquanto por outro lado, o fazer metodológico, apresenta as seguintes “etapas de pesquisa: pré- enquete; enquete; análise da demanda; análise do material da enquete; observação clínica; interpretação; validação e refutação; e validação ampliada” (GIONGO *et. al.*, 2015; *apud* DEJOURS, 2004). Desse modo, o aspecto fundamental é a escuta clínica do trabalho, onde o pesquisador oferta a escuta das vivências no ambiente laboral e propõe a resignificação do sofrimento.

2. A psicopatologia social do trabalho

Porquanto, pensar em psicopatologia no contexto social demanda conhecimento estrutural, pois devem ser analisados os elementos sociais e subjetivos que determinam a agrura mental. Eventualmente, por se tratar de experiências singulares que afetam a subjetividade, o profissional da psicologia não pode cometer o equívoco de reduzir o sujeito por estar inserido em uma cultura diferente da sua. Em outras palavras, como o intuito de melhor compreender o padecer humano, o psicólogo deve se guiar pelos elementos apontados pelo sujeito em seu discurso.

Adotando a posição de que o sofrimento mental é um enredo construído dentro de um campo simbólico e cultural, e a aquilo que também se escapa a esses campos, Ceccarelli (2005), defende que as patologias psíquicas poderiam ser entendidas como excesso de paixões, estando o sujeito um doente pelo excesso. É esse excesso que o psiquismo não consegue assimilar, onde o autor aponta como a causa do padecimento subjetivo. Por isso, o sujeito patológico em psicopatologia é apresentado como um sujeito passivo, que diante do sofrimento psíquico, muitas vezes não se sabe da origem, levando o sujeito a reagir de forma imprevista (CECCARELLI, 2005; DALGALARRONDO, 2019).

Aponta-se, que as paixões atestam nossa dependência ao Outro. Com isso, podemos pensar na patologia como uma forma de estrutura do psiquismo para lidar com situações adversas. Assim, cada sujeito se estrutura com base em suas referências inconscientes e os grupos sociais e socioculturais do qual fazem parte (CECCARELLI, 2005; SAFATLE, 2011).

É por esse fato que o sofrimento mental está presente em todas as atividades humanas e que o contexto do trabalho é uma fonte de grande mal-estar. Visto isso, o enlace entre psicopatologias e as ciências da saúde produzem fontes perenes de questionamento sobre a normalidade e a patologia e os aspectos produtores de mal-estar no campo do trabalho. Sendo assim, é necessário compreender as estratégias desenvolvidas pelo trabalhador para evitar a doença e preservar sua saúde mental (LIMA, 1998).

Então, faz-se necessário pontuar também a importância da psicopatologia do trabalho, pois segundo Lima (1998), essa linha de estudo da psicologia tem-se por objeto o sofrimento mental no contexto do trabalho. Todavia, seu objetivo não se resume somente ao sofrimento provindo do trabalho, trata-se de uma análise que abre possibilidades de transformações da realidade, de exigências fisiológicas quanto psicológicas. Logo, é nessa análise que se estuda o conflito elaborado por essa relação que pode repercutir na saúde mental do trabalhador.

Neste sentido, quando se fala na relação entre trabalho e saúde mental, Dejours (2015, p. 66) nos aponta que essa organização do trabalho, é concebida por um serviço especializado de empresa, que “estranho aos trabalhadores, choca-se frontalmente com a vida mental e, mais precisamente, com a esfera das aspirações, das motivações e dos desejos”. Certamente, isso implica diretamente na relação entre o trabalhador e o trabalho, suas metas de vida e seus objetivos (DEJOURS, 2015; DEJOURS, DESSORS, & DESRIAUX 1993). Pois, no ambiente de trabalho o sujeito está envolvido com seus colegas, e isso implica mudanças de paradigmas pessoais e na relação com o outro (DEJOURS, 2015).

Segundo Dejours (2015), o trabalhador ao ser confrontado com as imposições da organização do trabalho tenta adaptar-se a essas exigências. Pois, tais imposições podem ir de encontro com suas expectativas em relação à vida laboral, servindo de “adaptação espontânea do trabalho [...] corresponde à procura, à descoberta, ao emprego e à experimentação de um compromisso entre os desejos e a realidade” (DEJOURS, 2015, p. 66). Além disso, essa adaptação faz com que o

trabalhador se envolva melhor com o trabalho e suas exigências, além de proporcionar bom relacionamento no ambiente, já que lida diretamente com a satisfação do seu desejo enquanto trabalhador (DEJOURS, 2015; DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993).

Ainda com Dejours (2015), quando o sujeito se adentra a Organização ele é condicionado para corresponder aos objetivos e metas propostas, por isso, é esperado que o sujeito leve para suas relações àquilo que aprendeu na Organização. Além disso, nosso autor afirma que “o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho [...], ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça” (2015, p. 57). Pois, isso implica que é impossível pensar na separação do sujeito enquanto trabalhador e enquanto ser social. Em síntese, o sujeito transita em ambas as instâncias e se define nas suas relações onde quer que esteja, não podendo deixar de seguir por ora aquilo que aprendeu (DEJOURS, 2015; DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993; BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Além disso, o tempo que se passa fora do trabalho, seria um tempo dissociável das suas relações e sua aprendizagem. Pois, seria uma espécie de condicionamento para não perder o aprendizado e o comportamento produtivo esperado pela Organização. Logo, o sujeito permanece ativo para sua função mesmo quando não se encontra no ambiente de trabalho (DEJOURS, 2015).

Por outro lado, torna-se um problema quando esse profissional não consegue se desligar da rotina estressante do seu trabalho e leva os problemas para sua vida social. Dessa forma, em situação como essa, pode-se pensar no adoecimento do trabalhador por imersão direta no trabalho. Por isso, o sujeito encontra dificuldade em relaxar em seu dia de folga, procurando sempre uma alternativa de aliviar o estresse (SOUZA *et. al.*, 2013).

Borges e Yamamoto (2014) discutem a definição de trabalho como um objetivo, uma ambígua relação de significado e sentido. Por outro lado, o emprego seria “uma forma específica de trabalho econômico (que pressupõe remuneração), regulado por um acordo contratual” (BORGES; YAMAMOTO, 2014; p. 27 *apud* JAHODA, 1987). Em resumo, o trabalho diz respeito de um fazer enquanto desejo e prazer, já o emprego diz de uma troca de mão de obra.

Em outras palavras, o trabalho diz de uma ocupação e o emprego de um vínculo trabalhista que é previamente estabelecido, de uma troca capitalista. Ou

seja, onde é disponibilizada a ocupação em troca dos benefícios que o trabalho pode oferecer, como salário, disponibilidade de melhoria da vida social e financeira.

Conclui-se, que compreender a distinção entre trabalho e emprego é necessário para entender a relação trabalho-psicopatologia e como essa relação pode afetar o trabalhador, o ambiente social e sua saúde mental.

3. Estresse

Considera-se, que os fatores de estresse afetam tanto a parte orgânica quanto cognitiva do sujeito. Dito isso, Lipp (2006) pontua que o estresse é composto por fenômenos bioquímicos e que são geneticamente programados para reagir de forma a ser um mecanismo de defesa que ajudar a preservar a vida. Além disso, para o autor “foi ele, através de sua ação adrenérgica, que capacitou o homem a ficar vivo e se adaptar às mudanças pelas quais tem passado” (LIPP, 2006; p. 82). Isso implica que o estresse é um aliado do ser humano, que adequa-se como indicativo de situações que podem oferecer risco ao bem-estar ou a vida ao indivíduo (LIPP, 2006; MARGIS *et al.*, 2003; PINTO *et al.*, 2015).

Ainda sobre a definição do estresse, Margis *et al.* (2003) definem como um estado que provoca excitação emocional, que afeta diretamente o processo de homeostase. Além de proporcionar um estado de adaptação que se caracteriza pelo aumento da adrenalina, que produz manifestações fisiológicas e psicológicas no sujeito, pois implica que o estresse é um processo biológico e natural do ser humano.

Logo, esse processo tem como objetivo potencializar a percepção da atual situação, disponibilizar maior processamento das informações de forma mais rápida. Ademais, tem como função a captação das informações disponíveis, proporcionando uma solução rápida que auxilia na tomada de atitudes, conduta ou comportamento em decorrência da situação. Além de preparar o organismo caso seja preciso agir de forma rápida (MARGIS *et al.*, 2003; PINTO *et al.*, 2015).

Nesse sentido, analisa-se que o estresse pode ter efeito de desequilíbrio para a organização psíquica e emocional do sujeito. Ademais, o estresse também pode se mostrar como força pulsional para que o sujeito se posicione e combata os agentes estressores (LIPP, 2006). Assim, o organismo disponibiliza as ferramentas possíveis para uma solução rápida e que garanta sua segurança.

Percebe-se que no ambiente organizacional do trabalho, que o efeito do estresse pode estar presente no desânimo do trabalhador, na falta de ideias, queda da produtividade e declínio da qualidade de vida. Além de irritabilidade, impaciência, baixo nível de concentração e raciocínio lógico. Pois, “Esse estado de inquietude interior e a necessidade de preservar-se do estressor levam a pessoa a adotar atitudes auto-centradas” (LIPP, 2006; p. 83). Desse modo, o sujeito passa a adotar habilidades de adaptação no combate ao estresse (LIPP, 2006; PINTO *et. al.*, 2015).

Além disso, o estresse pode contribuir para ajudar ao indivíduo ter maior percepção da situação, permite um pensamento mais rápido para solucionar tais problemas. Pois, com o intuito de poder ajudar a lidar com situações que envolvem mudanças, desenvolvendo ações que visam acabar com o agente estressor e acabar voltando ao apaziguamento (LIPP, 2006; PINTO *et. al.*, 2015).

Ademais, o estresse também pode aparecer como estímulo desencadeador de doenças genéticas ou que permanecem latentes. Pois, com a baixa das defesas do sistema biológico, podem eclodir doenças por alta tensão patológica produzida pelo estresse (LIPP, 2006). Desse modo, o estresse pode causar outros problemas como cansaço mental, diminuição da concentração, problemas de memória recente, crise de ansiedade e humor, e também, pode prover doenças físicas como aumento do colesterol, da pressão arterial, entre outras (LIPP, 2006; PINTO *et. al.*, 2005).

Pinto e colaboradores (2015) abordam o conceito de estresse proposto por Lipp (2006), apontando o processo que segue a três fases de evolução. Na primeira fase, denominado de estado de alerta, é liberado pelo organismo a adrenalina trazendo ganho energético, para garantir sua sobrevivência. Na segunda fase, denominado de estado de resistência, o sujeito tenta lidar com os agentes estressores. Já na terceira fase, acontece a exaustão, é nela que as reações orgânicas e psíquicas, em virtude do resultado e da intensidade, podem desenvolver ansiedade, depressão e infarto.

Neste sentido, Lipp (2006) define o estresse crônico como “um estado de tensão prolongado que pode levar ao desenvolvimento de várias doenças e prejuízos para a qualidade de vida do ser humano” (p. 83). Por isso, seria o estado de estresse mais grave onde o fator estressante tem caráter de permanência, que consiste em acúmulo do estresse recorrente. Nesse quadro, o estresse é ocasionado por uma vivência de situação ou eventos desafiadores, onde o sujeito se vê confrontado e demanda por uma maior adaptação. Pois o estresse recorrente se

faz presente em “eventos e situações que muito têm em comum com outras do passado que a afetaram emocionalmente” (LIPP, p. 84, 2006).

Desse modo, ao falar em estresse crônico, Lipp (2006) discute que é necessário entender e problematizar todo o mecanismo pelo qual a vida desse sujeito se repete, pois, o estresse crônico instala-se e mantém-se através dos anos, “a fim de que as terapêuticas utilizadas tenham um embasamento teórico-prático que as sustentem” (p.84). Por isso, cabe ao profissional de psicologia entender a situação em que o sujeito se encontra para poder pensar em uma forma efetiva de ajudar o sujeito a lidar com os agentes estressores.

4. Saúde mental e trabalho policial

Depois de defender que o sofrimento mental do trabalhador não é somente uma patologia individual, mas sim um enlace do campo do sentido com as condições simbólicas do trabalhador, onde o estresse é uma tentativa de adaptação ao contexto trabalho, analisaremos o contexto social do trabalhador da segurança pública apontando a importância de intervenções psicológicas e de novas estratégias de saúde mental para esse grupo de trabalhadores.

A polícia na sociedade atual está envolvida diretamente na manutenção da ordem e bem-estar social. Isso se confunde em várias ações desses profissionais. Seja na elaboração de operações de grande complexidade onde a eficácia transmite a ideia de heróis e detentores da ordem social ou quando essas ações não saem como esperado e as pessoas os veem como vilões que ocasionam desordem na sociedade, cometendo injustiças e atrocidades (PELEGRINE, *et. al.*, 2018; MINAYO *et. al.*, 2011)

Oliveira e Santos (2010) apontam que “a profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos” (p. 226), isso implica na manutenção da ordem social e na garantia de direitos. Assim, os policiais então devem garantir a segurança da população e seguir as ordens providas de seus superiores e do Estado.

Minayo e colaboradores (2011) apontam que os serviços da Polícia Civil têm caráter judiciário sendo elo na produção de justiça que envolve questões criminais, tendo a investigação e a denuncia de crimes como foco; enquanto a Polícia Militar

trabalha com a vigilância e atua diretamente na preservação da ordem social. Ambas as corporações são de responsabilidade do Estado.

Esses profissionais necessitam de atenção e suporte. Pois suas práticas estão enquadradas em condições de trabalho de risco e estão muito mais propensos a situações estressantes, tornando-os um grupo de risco quando se discute saúde mental (PELEGRINE *et. al.*, 2018). Assim, faz-se necessário ter uma rede de suporte a esses profissionais a fim de aliviar seu sofrimento mental e proporcionar um ambiente de trabalho mais leve, adequado e seguro para esses profissionais.

5. Definindo o estresse no trabalho policial

O trabalho da polícia no Brasil implica muito mais que as operações que envolvem a ordem social. A jornada de trabalho dos policiais está frequentemente relacionada à imprevisibilidade de horários, risco iminente de acidentes relacionados ao trabalho, morte e ferimentos por armas de fogo em ações de confronto, peso exuberante dos equipamentos, além de falta de equipamentos necessário para a segurança, desorganização da rotina do sono, cansaço emocional, baixa remuneração e desvalorização institucional e social (PELEGRINE *et. al.*, 2018; MINAYO *et. al.*, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; FERREITA *et. al.* 2012; SOUZA *et. al.*, 2012; MINAYO, 2013). Tais fatores contribuem para o estresse que os profissionais adquirem no ambiente laboral. Esses fatores influenciam na vida pessoal desses profissionais afetando seus horários de lazer e seus relacionamentos.

Peregrine e colaboradores (2018) apontam, ainda, que o trabalho da polícia adquire caractere negativo, pois advém de fatores que aumentam os sintomas de estresse com o trabalho repetitivo, como a falta de liberdade para opinar e tomar decisões, o trabalho que tem caractere acelerado, exige constante esforço físico e atividades físicas rápidas e contínuas, além de permanecer em posições incômodas ao corpo. Esses fatores são primordiais para debate se comparados aos fatores estressores de outros profissionais, pois são agravantes se acrescentados ao fator de risco da profissão. Além disso, existem fatores organizacionais que afetam diretamente essa correlação, como o movimento desses profissionais em busca de soluções para melhorar sua situação, a hierarquia e disciplina rígida das corporações, a falta de reconhecimento, além de fatores que afetam as relações

interpessoais e a desvalorização profissional (SOUZA *et. al.*, 2012; PEREGRINE *et. al.*, 2018).

Concomitantemente, esses fatores estressantes podem afetar a condição de trabalho desses profissionais além de ocasionar agravamento ou até surgimento de patologias no sujeito. Dessa forma, torna-se comum que os policiais que sofrem em alguma medida com situações estressantes solicitem afastamento por problemas como: obesidade, hipertensão, colesterol, alto índice glicêmico, sedentarismo, distúrbios gastrointestinais, além de sintomas psicossomáticos (MINAYO *et. al.*, 2011).

Quando não se dá a total atenção aos efeitos do estresse e do sofrimento mental provindo da rotina estressante desses profissionais, os sintomas que aparecem em seu discurso estão correlacionados a maus comportamentos alimentares, insônia, a banalização da violência e da morte provinda de seu trabalho. Bem como fugas de situações de risco imaginário ou real (MINAYO *et. al.*, 2011). Por isso que se torna importante pensar em uma rede de suporte para esses profissionais que ao não conseguir se desvencilhar desses problemas, acabam perpassados por eles e tendo efeito direto no seu trabalho.

6. Sofrimento psíquico no trabalho policial

Como é apontado por Oliveira e Santos (2010), o cansaço físico e mental além de desequilíbrio emocional, podem levar o policial a tomar atitudes irracionais em meio a crises ou situações conflitantes. Além disso, o sofrimento mental pode aparecer para o policial de forma sintomática, como a insônia, falta de concentração, vigilância constante, entre outros (MINAYO, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; FERREIRA *et. al.*, 2012; SOUZA *et. al.*, 2012; MINAYO, 2013; ALMEIDA *et. al.*, 2017). Portanto, ter um profissional disponível que possa entender esse processo e ajudar esses profissionais a entender e direcionar ao serviço responsável se faz necessário a fim de diminuir e entender esse sofrimento.

O trabalho da polícia tem aproximações constantes com a morte, que podem ocorrer pelo contato com a vítima, criminosos ou dos colegas. Esse contato ascende o alerta de que sua vida está em constante risco. Por outro lado, Oliveira e Santos (2010) apontam que o suporte familiar e momentos de lazer, além das horas de repouso podem auxiliar no equilíbrio do sofrimento mental e pode ajudar esse

profissional a se concentrar em suas tarefas profissionais. Por isso é necessário que o profissional tenha disponível uma rede de apoio para lidar com essas questões.

O trabalho dos policiais envolve situações de conflitos que implicam a vigilância constante. Tal situação se dá pelo fato de que o exercício dessa função implica um risco constante da vida do sujeito quanto dos seus colegas de profissão. Esse estado de risco desperta no policial uma vigilância constante mesmo quando não está em situação que lhe oferece risco, essa estratégia de defesa se desperta para situações onde o risco pode ser real ou imaginário, estado constante de alerta que pode levar o policial a desencadear respostas podendo desencadear efeitos negativos no seu corpo e, conseqüentemente, levá-lo a morte (OLIVEIRA; SANTOS, 2010; MINAYO, 2011).

Além das estratégias orgânicas e mentais que esses profissionais desenvolvem, tem-se ainda o sofrimento mental ocasionado pelo ambiente de trabalho. Visto que o ambiente laboral contribui para um estado constante de sofrimento e insatisfação, já que o profissional vivencia a sobrecarga de trabalho, a desvalorização, a falta de reconhecimento, a baixa remuneração, equipamentos de segurança inadequados, a falta de ascensão profissional dentre outros (PELEGRINE *et. al.*, 2018; MINAYO *et. al.*, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Desse modo, o sofrimento mental que perpassa esse profissional não se limita somente a rotina caótica do seu trabalho em garantir a ordem social, mas também tem relação direta com a corporação onde esse policial estar inserido.

7. Assistência psicológica

Como é apontado por Oliveira e Santos (2010), é importante pensar em uma assistência psicológica a esses profissionais, pois quando em crise ou passando por situações onde esse profissional não detém o controle, o policial pode tomar atitudes que “podem levar à falta de eficácia no desempenho do exercício profissional, expondo os policiais e a população em geral a perigos em potencial” (p. 227). Por isso, se faz necessário pensar em estratégias que possam auxiliar esse profissional no seu sofrimento. Logo, a inserção do profissional de psicologia nas corporações se torna essencial para perceber e ofertar serviços de qualidade a fim de auxiliar o policial nesse processo.

Além disso, ainda são poucas as pesquisas que envolvem a relação das polícias e a saúde mental (MINAYO, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Por isso, a psicologia incluída nos serviços de rede que sejam ofertados para esses profissionais, pode contribuir na criação de estratégias e pesquisas que potencializem o bem-estar desses profissionais e que possam junto com a corporação pensar em planos de carreira para proporcionar segurança financeira e profissional. A fim de criar estratégias para melhorar a relação do profissional com a corporação e seu trabalho na sociedade.

Verifica-se que os policiais estão inseridos em situações de estresse constante, seja pelo ambiente da corporação, pela sua atuação na sociedade ou nas suas perspectivas de risco eminente. Certamente, tais condições se tornam geradoras de várias condições de enfermidades e transtornos para esses profissionais, propiciando uma péssima qualidade de vida (MINAYO, 2011; PELEGRINE *et. al.*, 2018). Por tanto, se faz necessário desenvolver estratégias que visam problematizar tais questões e que solucionem tais problemas, como diminuição da escala de trabalho, valorização profissional, maior autonomia para tomada de decisões e apoio institucional.

Nesse sentido, a inserção do psicólogo nas corporações garante a esses profissionais uma escuta qualificada e empática, que como afirma Gomes e colaboradores é “na situação entre alguém que fala e outro que escuta, se estabelece uma comunicação com mensagens cifradas e enigmáticas que demandam uma qualidade diferente de escuta para serem compreendidas” (2021, p. 5). Diante disso, se torna fundamental ter um profissional com escuta qualificada para compreender a queixa desse sujeito e sua relação com o trabalho.

Minayo e colaboradores (2011) apontam em sua pesquisa que tantos os policiais militares quando civis, apresentam algum distúrbio referente ao estresse ocasionado pelo ambiente profissional e o desgaste da profissão. Bem como a hipertensão devido ao alto nível de tensão proporcionado ao ambiente de trabalho. Assim como os autores ainda apresentam a grande intensidade desses profissionais por sofrimento de doenças psicossomáticas, além da depressão e ansiedade (MINAYO *et. al.*, 2011).

Sendo assim, ainda se faz necessário problematizar o número alto de policiais que solicitam dispensa por distúrbios psiquiátricos, e como as corporações lidam com essas questões. Bem como apresentado por Minayo *et. al.* (2011), onde muitos

oficiais entendem a queixa por sofrimento psíquico como sendo uma alternativa para pedir dispensa do serviço, desfocando a atenção desses problemas e deixando de ser prioridade. Portanto, a inserção de profissionais da saúde mental nas corporações pode contribuir para a escuta qualificada desses profissionais.

A atuação da psicologia nas corporações pode se fazer pela necessidade de projetos que visam o bem-estar psicológico e emocional, que envolva os profissionais com estresse elevado, estratégias para lidar com o comportamento agressivo dentro e fora da corporação, entre outros (OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Bem como, desenvolver ações que trabalhem as emoções e a empatia, além de proporcionar estratégias de comunicação e melhorias nas suas relações.

Desse modo, acabe aqui discutir que o trabalho e a inserção do psicólogo nessas instituições não ocasionarão mudanças repentinas. Pois, nem todos os policiais estão acostumados com os serviços de psicologia, ainda existe muito preconceito e estigma com a profissão sendo relacionada a pessoas com transtornos e “doentes” mentais ou até mesmo a ideia de que são fracos ou inaptos, e por isso é necessário a intervenção do psicólogo (MINAYO *et. al.*, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; SOUZA *et. al.*, 2012).

CONCLUSÃO

Esse estudo propôs analisar e fazer um levantamento das publicações que tiveram como foco principal a discussão acerca da saúde mental dos policiais. Neste sentido, nos achados da literatura científica ficou demarcado a fragilidade de pesquisas que envolvam a saúde mental dos policiais (tanto civil, militar e federal). E, por isso, concretiza a importância de se ter um apoio nas corporações para que se possa compreender o sofrimento mental desses trabalhadores, a fim de desenvolver estratégias que possibilitem o cuidado e a diminuição do sofrimento mental provindos do ambiente laboral.

Além disso, os achados apontam a negligência do Estado e das corporações para disponibilizar uma escuta capacitada para esses profissionais. Por não ter capacidade para diferenciar uma solicitação de afastamento por queixas psiquiátricas, acabam prolongando o sofrimento desses profissionais que poderiam ter apoio psicológico para lidar com seu sofrimento no início do processo de adoecimento.

Desse modo, ainda se faz necessário trabalhar com os policiais que ainda associam a imagem da psicologia ao de pessoas com transtornos mentais. Pois, a inserção desse profissional na corporação tende a contribuir para o desenvolvimento de habilidades que envolvem não somente a interação dentro da instituição, mas também ocasiona o suporte para lidar com o sofrimento provindo de sua profissão.

REFERÊNCIAS

AEROSA, J. Ensaio sobre a psicodinâmica do trabalho. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 321-330, maio/ago, 2021.

ALMEIDA, D. M.; LOPES, L. F. D.; COSTA, V. M. F.; SANTOS, R. C. T.; CORRÊA, J. S. Avaliação do estresse ocupacional no cotidiano de policiais militares do Rio Grande do Sul. **Rev. Organização em contexto**, São Bernardo do Campo, p. 215-238, v. 13, n. 26, jul-dez. 2017.

BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORGUES, L. O. B.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CECCARELLI, P. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2014.

CECCARELLI, P. O Sofrimento na perspectiva da Psicologia Fundamental. **Rev. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n.3, p. 471-477, Set./Dez. 2005.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**; São Paulo, Mai./Jun. 33(3) p 98-104. 1993.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Rev. Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.4, p.989-1000, 2012.

GIONGO, G. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Rev. Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 803-814, 2015.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa, tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas (ERA)**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOMES, V. A.; CHATELARD, D. S.; ARAUJO, T. C. C. F. Clínica do trabalho: contribuições da psicanálise para o exercício profissional. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-12, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, M. E. A. A psicopatologia do trabalho origens e desenvolvimentos recentes na França. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**, 1998, 18(2), p. 10-15.

LIPP, M., E., N. Teoria de temas de vida do stress recorrente e crônico. **Rev. Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, ano XXVI, nº 3, p. 82-93, set/dez. 2006.

MARGIS, R.; PICON, P.; COSNER, A., F.; SILVEIRA, R., O. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Rev. Psiquiatria. Rio Grande do Sul**, nº 25, p. 65-74, abri, 2003.

MARQUES, L. **Equilíbrio emocional é desafio de policiais no dia a dia, afirma PM**. G1,09/08/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/08/equilibrio-emocional-e-desafio-de-policiais-no-dia-dia-afirma-pm.html>>Acessado em 18 de fev. de 2021.

MINAYO, M. C. S. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, 18(3), pp. 611-620, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 224-250.

PELEGRINE, A.; CARDOSO, T. E.; CLAUMANN, G. S.; PINTO, A. A.; FELDEN, E. P. G. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Rev. Cad. Bras. Ter. Ocup.** v.26, n. 02, abr. 2018.

PINTO, J. C.; MARTINS, P.; PINHEIRO, T. B.; OLIVEIRA, A. C. Ansiedade, depressão e stresse: um estudo com jovens adultos e adultos portugueses. **Rev. Psicologia, saúde & Doenças**, nº 16(2), p. 148-163. Lisboa, Portugal. 2015.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. **Rev. Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 36, p. 1-9, 2020.

SAFATLE, V. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiae Studia**, São Paulo, v.9, n. 1, p. 11-27, 20011.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista Saúde Pública**, 31(5), 538-542; São Paulo 1997.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, J. G.; PIRES, T. O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(7):1297-1311, jul, 2012.

SOUZA, E. R.; SCHENKER, M.; CONSTANTINO, P.; CORREIA, B. S. C. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, 18(3):667-676, 2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**. 2010; 8 (1 Pt 1):102-6.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. 9 ed. Porto Alegre, Artemd.2012.